

ONDE A CHUVA NÃO LAVA: Mineração e a Luta Antinuclear no Sertão CearenseQuézia Virgínia Ferreira Cavalcante de Oliveira¹Lorrana Clara Castro Silva²

Sarah Suyane Carneiro Silva

3

RESUMO:

O artigo tem como objetivo compreender a luta da Articulação Antinuclear do Ceará e dos povos e comunidades tradicionais frente à implementação do projeto de exploração de urânio e fosfato no Ceará. O estudo utilizou como base o materialismo histórico-dialético e o uso da pesquisa bibliográfica e documental. Observou-se que o Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria apresenta falhas significativas, ignorando os impactos socioambientais e a presença de comunidades tradicionais na região, evidenciando o racismo ambiental e a invisibilidade e garantir dos direitos dos povos.

Palavras-chave: Mineração; Luta Antinuclear; Questão Ambiental.

ABSTRACT:

The article examines the struggle of the Antinuclear Articulation of Ceará and traditional communities against the uranium and phosphate mining project in Ceará. Based on historical-dialectical materialism and using bibliographic and documentary research, it highlights significant flaws in the Environmental Impact Report. The report overlooks socio-environmental impacts and the presence of traditional communities, revealing environmental racism and a disregard for the rights of these peoples.

Keywords: Mining; Anti-nuclear Movement; Environmental Issues.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente de graduação no curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará.

² Discente de graduação no curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará.

³ Discente de graduação no curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará.

A trajetória da humanidade está intrinsecamente ligada ao trabalho e as relações sociais orgânicas do ser humano com a natureza decorrentes dele. As transformações estruturais, no âmbito social e ambiental, evidenciam uma crise global, resultado do modelo de desenvolvimento do capitalismo e da forma como as atividades humanas, particularmente as formas de apropriação do trabalho e da natureza pela burguesia, têm impactado os ecossistemas naturais.

As atividades de mineração são poluentes e sua intensificação está intrinsecamente ligada ao modo de produção capitalista (Araújo; Bertollo, 2024). Presentes, no Brasil, desde seu período colonial, essa economia de exploração mineral com o foco na exportação desses minérios forjou, a ferro e sangue, a economia brasileira, desde o período de invasão com a escravização dos povos indígenas e negros.

A mineração ainda tem uma importante centralidade na economia brasileira e a exportação de commodities é o principal slogan de promoção do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, apesar de “[...] ninguém comer PIB”, como declarou o Cacique Roberto Anacé em audiência pública do Projeto Santa Quitéria realizado aos dias 11 de março de 2025, na cidade de Santa Quitéria. Os minérios de ferro, de ouro, cobre, manganês, estanho, nióbio, níquel e alumínio são os mais exportados (IBRAM, 2020).

Dentre esses minerais almejados pelo capital internacional encontramos o urânio presente na jazida de Itataia, descoberto na década de 1970, no sertão do Ceará. As empresas do capital buscam conseguir as licenças para extrair esse minério desde os anos 2000. Junto a estas tentativas pelas empresas, compreendendo os riscos dos danos para a natureza e toda a diversidade de povos e comunidades existentes na região, foram organizadas estratégias diferentes de resistência.

Atualmente, o Consórcio Santa Quitéria (CSQ) - formado pelas empresas Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste SA, com o nome fantasia de Galvani Fertilizantes, e pela estatal Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) - vem realizando diversas incidências para conseguir o licenciamento ambiental para a realização da exploração mineral na região.

O presente artigo visa analisar as incidências do Movimento Indígena Potigatapuia e da Articulação Antinuclear do Ceará frente às tentativas de exploração de urânio e fosfato na Jazida Mineral de Itataia realizadas pelo Consórcio Santa Quitéria. Para tal, o estudo se utiliza de pesquisa bibliográfica e documental a fim de expor sua atuação histórica e examinar a dinâmica contraditória posta por este embate socioambiental. A corpo disso, nós utilizamos da metodologia da dialética marxiana que se utiliza da história e suas contradições, a partir da materialidade - do real,

compreendendo a estrutura e dinâmica do nosso objeto em sua reprodução e contradição no cotidiano.

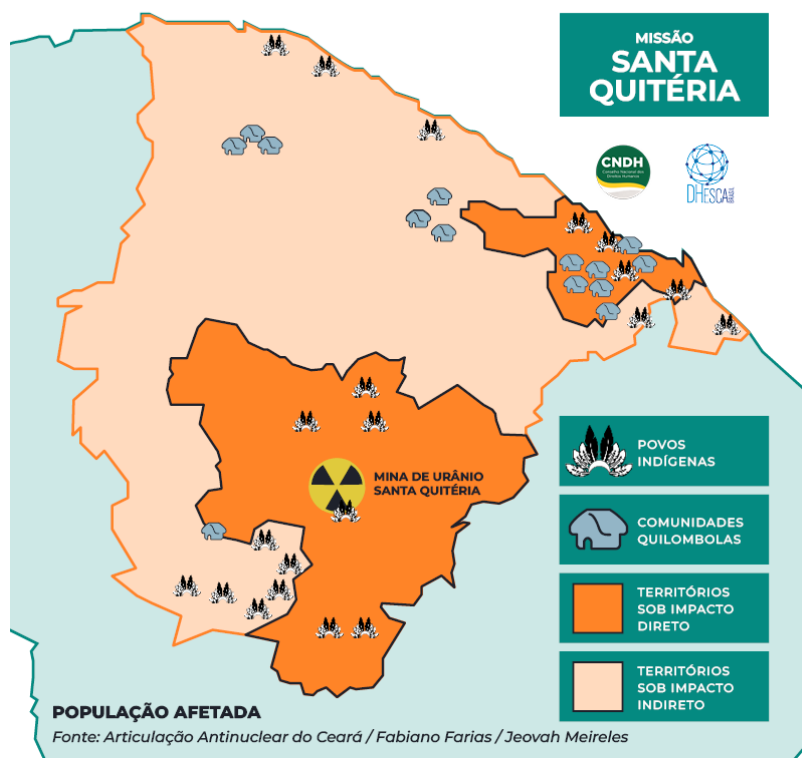
Segundo a lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e a Resolução nº 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, a aprovação de atividades de grande porte que modifiquem o meio ambiente dependem da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) - EIA/RIMA - pelas empresas responsáveis e sua aprovação pelos órgãos ambientais competentes.

Ao estudar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2024) do PSQ é possível observar diversas inconsistências e omissões graves acerca dos rebatimentos da construção e funcionamento do empreendimento nas comunidades tradicionais presentes na região. No relatório elaborado pelo projeto, ao identificar as Áreas Diretamente Afetadas (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII), a área diretamente afetada é apontada exclusivamente como a Fazenda Itataia, onde serão construídas as instalações. A área de influência direta abrange apenas uma região próxima à fazenda, que inclui os Assentamentos Morrinhos e Queimadas. Já a área de influência indireta é limitada aos municípios de Santa Quitéria e Catunda, desconsiderando os reais impactos socioambientais em outras localidades da região.

O PSQ ao propor a mineração de urânio e fosfato na região, se desresponsabiliza dos riscos reais do empreendimento, visto que os impactos podem afetar grande parte do Estado do Ceará. De acordo com o Relatório Missão Santa Quitéria, feito pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em 2022, as áreas de impacto do projeto são muito maiores do que a que consta no RIMA, com impactos diretos em Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Tamboril, Catunda, Itatira, Madalena, Canindé, Sobral e São Gonçalo do Amarante. Interessante observar que o empreendimento não reconhece Itatira como área de influência, apesar de manter um escritório do projeto no município.

O CSQ, no relatório, não considera como área de impacto as regiões e municípios que se encontram na rota de transporte destas substâncias perigosas. Os minérios serão levados para o Porto do Pecém, afetando Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Figura 1 - Mapa de rota de impacto e comunidades afetadas feito pela Articulação Antinuclear do Ceará.



Fonte: Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Além disso, o Consórcio ignora a presença de diversas comunidades tradicionais na rota de impacto. Povos que têm suas vidas substancialmente ligadas ao território e aos bens comuns da natureza. No RIMA, o empreendimento se limita a reconhecer a existência de aldeias indígenas e quilombos na região, mas não os considera nem mesmo como potenciais áreas de risco indireto.

A organização e luta de movimentos sociais contra este projeto vem sendo a maior forma de resistência e sobrevivência dos povos da rota da mineração. Dito isso, o texto presente divide-se em três tópicos: o primeiro, *Mineração, exploração e a tentativa de minerar urânio no sertão cearense*, trata das tentativas dos processos de licenciamentos de maneira cronológica, feitas pelas Indústrias Nucleares do Brasil e Consórcio Santa Quitéria; o segundo, *A luta antinuclear e a Articulação Antinuclear Cearense (AACE)*, disserta sobre os feitos da Articulação cearense na luta contra o projeto de morte do CSQ; o terceiro, *Povos e comunidades tradicionais e a luta contra a exploração de urânio - pelo direito de existir*, aborda as insuficiências e omissões presentes no relatório de Impacto Ambiental (RIMA), onde não reconhecem a presença de comunidades tradicionais e se desresponsabilizam pelos riscos que o projeto implica no modo de vida e na região, violando os direitos dessas populações.

2 MINERAÇÃO, EXPLORAÇÃO E A TENTATIVA DE MINERAR URÂNIO NO SERTÃO CEARENSE

A mineração é uma questão antiga no processo de formação sócio-histórica brasileira e aparece de forma intensa no período colonial, em que o Brasil, dentro do processo de acumulação primitiva do capital, servia como uma ‘mina’ para retirar ‘matérias primas’ para a produção de mercadorias. Inclusive, “[...] a escala e dimensão da exploração mineral torna-se um grave problema (social, cultural, ambiental) com o advento da grande indústria capitalista e os grandes avanços científicos introduzidos nas revoluções tecnológicas.” (Araújo et al, 2021 *apud* Araújo; Bertollo, 2024, p. 162).

A atual fase do desenvolvimento capitalista expõe novas técnicas de produção e apropriação dos bens comuns da natureza, que em outrora eram de uso em comum.

O chamado “ambiente natural” é objeto de transformação pela atividade humana. Os campos são preparados para a agricultura; os pântanos, drenados; as cidades, estradas e pontes, construídas; as plantas e os animais são domesticados e criados; os habitats, transformados; as florestas, cortadas; as terras, irrigadas; os rios, represados; as paisagens, devastadas (servindo de alimento para ovinos e caprinos); os climas, alterados. Montanhas inteiras são cortadas ao meio à medida que minerais são extraídos, criando cicatrizes de pedreiras nas paisagens, com fluxos de resíduos em córregos, rios e oceanos [...] (Harvey, 2011, p.151)

Em Caldas, Minas Gerais, tivemos as primeiras experiências de exploração de urânio entre os anos de 1971 e 1995, as mesmas minas gerais que foram exploradas no período colonial brasileiro, outra vez são esgotadas e deixadas. Assim como no Brasil escravocrata, as riquezas minerais eram levadas para fora do país e refinadas na Europa. As minas esgotaram e o programa nuclear brasileiro recomeçou a extração de urânio, no sertão da Bahia, no início dos anos 2000, na cidade de Caetité, município que dista 750 quilômetro da capital baiana. Passados 25 anos, a mineração de urânio em Caetité, mesmo com diversos acidentes, permanece em funcionamento.

Em Santa Quitéria, no sertão cearense, foi descoberta a jazida de Itataia, distante 227 km da capital do estado do Ceará, pela Empresas Nucleares Brasileiras S/A (Nuclebrás), nos anos 1970. O movimento de exploração de Itataia começa, assim como em Caetité, nos anos 2000. A INB - antiga Nuclebrás - com a justificativa de que a mineração de urânio seria residual busca obter licenças ambientais através da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). O então dito resquício de urânio, não tinha nada de residual (CNDH, 2022).

Posto isso, o Ministério Público Federal (MPF), no ano de 2005 entrou com uma Ação Civil Pública, uma conquista organizada a partir de movimentações das comunidades do entorno da mina, movimentos sociais e alguns parlamentares. Cumprindo a legislação ambiental, o pedido de licenciamento foi suspenso com a alegação de que o urânio é um mineral que representa interesse da União, sendo assim, a exploração deveria ser licenciada a nível federal pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O Consórcio Santa Quitéria surge em acordo firmado entre a Galvani Fertilizantes e a INB, no ano de 2009. Mas apenas no ano de 2011 dão início ao processo para obtenção das licenças junto ao IBAMA. A partir daí, intensifica-se diversas manifestações sociais, populares e acadêmicas contrárias ao consórcio, que começam a trazer ainda mais à tona os riscos oferecidos pela mineração. Podemos citar as incidências do Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde (TRAMAS) ligado a faculdade de Medicina na Universidade Federal do Ceará (UFC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST), essas incidências e o trabalho coletivo nessa conjuntura fez raiar a Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE) no ano de 2011.

O diálogo interdisciplinar e o exercício contínuo da valorização e reconhecimento da diversidade de saberes nos levaram à pesquisa participante que se compromete com a construção de uma ciência que mira a transformação das realidades vividas e a partir delas” (Santana, 2024, p.4)

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) foi entregue ao IBAMA em 2014, pelo CQS. No entanto, esses documentos não continha a veracidade dos fatos em sua totalidade, não representou a realidade concreta, não levou em consideração os povos e comunidades tradicionais presentes naquele território, desrespeitando o uso comum da terra feito pelas populações e suas tecnologias ancestrais de manejo, as diferentes cosmovisões daqueles povos, e a escassez de recursos hídricos do sertão cearense. Ainda naquele ano, o núcleo TRAMAS entregou ao Ministério Público Federal uma representação sinalizando as lacunas contidas nas informações do EIA/RIMA, destacando assim, sua total ineficiência e omissões e requerendo que o documento fosse corrigido. Anos depois, em 2019, o IBAMA nega a licença prévia e arquiva o processo de licenciamento, com a justificativa da incapacidade ambiental e hídrica do empreendimento.

Quando o mundo estava imerso em uma de suas piores crises sociais - quando milhões estavam morrendo no contexto da pandemia da COVID-19, no pino do governo Bolsonaro, suas flexibilizações ambientais e sucateamento de órgãos que fiscalizam essas

questões - o CSQ ingressa com a terceira tentativa de licenciamento e um novo EIA/RIMA foi feito e entregue no ano de 2021. Um parecer técnico do IBAMA, do ano de 2022, mais uma vez anuncia a inviabilidade ambiental do CSQ, todavia, dessa vez o órgão fiscalizador, por uma decisão da direção da instituição pediu documentos complementares ao licenciamento.

Nos últimos três anos, a Articulação Antinuclear do Ceará tem trabalhado e feito incidências significativas, a exemplo do “Parecer Técnico visibilizando outras novas insuficiências e violações de direitos humanos presentes no estudo e no relatório” (Santana, 2024, p. 09). O entrelaçar dos processos de licenciamentos e especulações sobre esse empreendimento está aglutinada na luta antinuclear.

3 A LUTA ANTINUCLEAR DA ARTICULAÇÃO ANTINUCLEAR DO CEARÁ E DO MOVIMENTO INDÍGENA POTIGATAPUIA

A Articulação Antinuclear do Ceará, concebida em meados de 2011 a partir do seminário “*A mineração de urânio e fosfato: seus impactos socioambientais e para a saúde humana*” em Itatira (TRAMAS, 2015), aparece como uma organização incidente na luta contra a implementação do empreendimento elaborado pelo Consórcio Santa Quitéria. Sua atuação manifesta-se na elaboração das Jornadas Antinucleares; na criação, junto a pesquisadores da UECE e UFC, do Parecer Técnico que analisa o EIA-RIMA ofertado pelo CSQ a partir do Painel Acadêmico Popular. Também através de intervenções públicas cobrando autoridades para se posicionarem; na atuação, junto aos mais variados movimentos sociais; junto aos território que estão na rota de risco da mineração através de encontros sobre o próprio CSQ e as possibilidades de organização coletiva; na difusão dos saberes por seminário, textos ou postagem nas redes sociais; entre diversas outras formas de cultivo para um trabalho de base antinuclear. Neste tópico, iremos focar nas Jornadas Antinucleares e nos pareceres técnicos-científicos como instrumentos de luta e resistência ao processo de exploração da Jazida de Itataia.

A Articulação traça uma função de denunciar “as irregularidades, insuficiências e riscos do CSQ” (Santana, 2024, p. 08). É importante reconhecermos que não é a AACE que desenvolve a luta contra mineração de urânio e fosfato no sertão cearense - mas, a luta e incidência dos movimentos sociais destes territórios em organização que criam a AACE no intuito de intensificar o combate contra a exploração mineral. Seu nascimento

é posterior ao início desta luta e representa a força dos movimentos sociais locais em incidir de maneira organizada contra processos neoextrativistas na região.

Seu surgimento está relacionado, principalmente, a quatro organizações que tencionaram em conjunto contra o empreendimento de morte: a Cáritas Diocesana de Sobral, a CPT, o MST e o Núcleo Tramas (AACE, 2024a; Cabral, 2012; Montezuma, 2015). Ademais, a Articulação se relaciona com as mais diversas organizações para lutar e incidir contra a exploração da Jazida de Itataia.

Até o momento, foram realizadas 4 jornadas antinucleares. As Jornadas Antinucleares são momentos que misturam partilhas de saberes com eventos importantes para a luta antinuclear no Ceará - os conhecimentos produzidos são socializados e os(as) participantes convidados(as) a uma ação política de mobilização contra a mineração na região. Os saberes elaborados e compartilhados partem, como nos explica Santana (2024), das realidades vivenciadas e miram na transformação delas. Esses conhecimentos rompem com a lógica científica hegemônica que objetifica os sujeitos e visa o lucro e o “desenvolvimento” das vontades dos capitalistas em cima dos corpos, territórios e saberes ancestrais. O fomento dessas informações pretende, junto aos diversos sujeitos, organizações e movimentos que participam, criar estratégias de resistência a este megaempreendimento e cultivar a luta pela soberania popular do povo cearense.

As jornadas antinucleares são espaços de organização e fortalecimento da luta antinuclear. A I Jornada Antinuclear do Ceará, ocorreu no período de 11 a 14 de agosto de 2012, com o tema “Os danos da mineração de urânio e fosfato: o presente que temos em Caetité e o futuro que queremos em Santa Quitéria” - foram realizados dois seminários, no assentamento Morrinhos e no Distrito de Lagoa do Mato, e duas oficinas sobre avaliação de equidade ambiental, no assentamento Morrinhos e na comunidade de Porteiras. No último dia da Jornada, em Fortaleza, ocorreu o lançamento do *Relatório da Missão Caetité: Violação de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear*.

A II Jornada, aconteceu nos dias 15 e 16 de novembro de 2015, no ano seguinte às Audiências Públicas de Licenciamento Ambiental do Consórcio realizadas pelo Ibama, em 2014. Essa jornada ocorreu inteiramente no município de Santa Quitéria e em seus distritos. O tema foi: *A defesa da vida e a resistência antinuclear no Brasil*. A programação contava com Seminário Antinuclear, *Angra dos Reis, Caetité e Santa Quitéria - Impactos Socioambientais e Experiências de Resistência*, com reunião da Articulação; com atividade cultural, *Xô Nuclear*; com Manifestação contra o PSQ; com uma Audiência Pública sobre o empreendimento e, por fim, com uma roda de conversa,

Impactos Socioambientais do Ciclo Nuclear no Brasil - a experiência de Angra dos Reis e Caetité.

A audiência pública realizada durante a II Jornada, diferente das audiências públicas de licenciamento realizadas pelo Ibama, apresentava um caráter popular e uma crítica direta ao formato e metodologia das audiências aplicadas pelo Ibama. No fim da audiência os movimentos disseram não à mineração e sim “à agricultura familiar, à convivência com o semiárido e à vida no sertão central cearense.” (TRAMAS, 2015).

A III Jornada Antinuclear do Ceará ocorreu em conjunto com o I Encontro Estadual do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) na cidade de Santa Quitéria durante os dias 10 e 12 de novembro. A construção deste espaço por diversos coletivos pode ser, mais uma vez, captada a partir deste registro:

Participaram da atividade cerca de 200 pessoas oriundas de comunidades locais, estudantes e movimentos sociais, como o Levante Popular da Juventude, MST, PJMP, PJR, MAM, Núcleo Popular, MDV, VRRRA. Além do Mandato é Tempo de Resistência e entidades como Cáritas de Sobral e Cáritas Regional Ceará, TRAMAS, Coletivo Urucum, Sindicatos, aldeia Indígena Serrote do Campo - Pernambuco e Caetité - Bahia em um momento de formação, intercâmbio de experiência e saberes. (Pacheco, 2016)

A IV Jornada Antinuclear do Ceará ocorreu nos dias 23 e 24 na EEM Profissional do campo Javan Rodrigues de Sousa em Canindé, no assentamento Conceição, e nos dias 05 e 06 de dezembro em Fortaleza. A programação em Canindé teve roda de conversa e exposição do painel “*O que fazer diante do cenário presente? Estratégias em andamento e a serem iniciadas*” com o intuito de apresentar e analisar, para os presentes naquele encontro, os novos documentos apresentados pelo Consórcio e pensar, coletivamente, estratégias para barrar este empreendimento mortífero. Nela, estiveram presente diversos movimentos e organizações:

Lideranças indígenas da Terra Indígena Serra das Matas que em 2020 iniciam sua aproximação da luta antinuclear e esse ano finalizam seu protocolo de consulta livre, prévia e informada. Lideranças do povo Tapeba, que fazem parte da Associação Tambaré; Lideranças do povo indígena Karão Jaguaribaras que estão em Canindé e Aratuba; Representantes da brigada do MST da região e também estiveram estudantes e professores da escola, bem como do assentamento Valparaíso. Representante da comunidade Riacho da Pedras; Uma representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que está retomando sua articulação na região; Uma representante da Fetamce; Quatro conselheiras locais de saúde dos municípios de Sobral e Aracatiçu; Representantes do Greenpeace Fortaleza; Do Mandato do Vereador Gabriel Aguiar; Pesquisadores(as) do Núcleo Tramas (UFC) e pesquisadoras da UECE. (AACE, 2024b)

Em Fortaleza, o primeiro dia foi realizado na sede da Seção Sindical dos(as) Docentes das Universidades Federais do Ceará - ADUFC e apresentou a mesa de diálogos “*O projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria/CE e suas consequências*”

para a Vida”, e o segundo foi a realização da Audiência Pública para apresentação do Protocolo de Consulta do Movimento Potigatapuia na Assembleia Legislativa do Ceará.

A outra estratégia utilizada pela Articulação que cabe ser ressaltada é a participação na produção do Painel Acadêmico sobre a Mineração de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria que apresentaram os pareceres técnicos-científicos que analisam os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) produzidos pelo PSQ. A importância desses pareceres é que conseguem questionar no âmbito jurídico e técnico a legitimidade e suficiência deste projeto - ao serem entregues ao Ibama entram nos autos do processo e serão considerados na análise e decisão do requerimento de licença prévia.

Compreendendo o direito como uma ferramenta burguesa utilizada para legitimar seu domínio de classe e mediar as relações mercantis existentes na sociabilidade do capital (Pachukanis, 2017), permeado pela contradição e com “brechas” para a atuação popular criada tanto pelos ideais burgueses de liberdade quanto pela luta dos mais diversos segmentos da população, torna-se possível a realização de incidências, por vezes, efetiva para conquistas dos movimentos sociais. Isso não significa dizer que o direito pode ser emancipatório, mas que, como uma ferramenta contraditória, podemos incidir a partir dele para termos alguns ganhos.

Inclusive, como foi apresentado por Santana (2024), a partir de 2020 a AACE começa a se organizar em comissões sendo, uma delas, a ‘*Comissão de Construção Compartilhada de Conhecimento*’, que apresenta como uma das atribuições o estudo do EIA/RIMA do Consórcio Santa Quitéria e a produção do Parecer Técnico-Científico. Dando, assim, a importância da entrega deste documento na incidência contra a mineração de urânio e fosfato no Ceará.

A Articulação Antinuclear tem uma presença expressiva na luta antinuclear do Ceará. Isso pode ser visto em notícias e na presença da AACE na construção de espaços de luta antinuclear. Um exemplo foi durante o evento Ceará pelo Clima, em 2024, na fala do governador Elmano de Freitas na cerimônia de abertura, membros da articulação se posicionaram em frente ao palco com cartazes que, juntos, formavam a frase “No Clima de Morte com Urânio”. O governador cearense vem fazendo declarações favoráveis à mineração de Itaitia, além de assinar um memorando favorável à implantação do projeto.

A luta de povos indígenas e comunidades tradicionais contra o neoextrativismo e a mineração é uma questão antiga e que não se limita às violências do empreendimento do CSQ. Sua continuidade na atualidade está explicitamente ligada à posição que o Brasil se encontra na Divisão Internacional do Trabalho, ao neoliberalismo e à dinâmica

capitalista de hiperprodução (Porto; Rocha, 2022), o que também se reproduz no empreendimento analisado.

No relatório feito pelo CSQ não cita ou reconhece que na região existem povos de terreiro, pescadoras/es, e comunidades camponesas, e os impactos na fauna e flora que atingem o modo de vida ancestral dessas populações. Essas pessoas vivem em uma relação de interdependência e respeito com a terra, com as águas, com as cavernas e demais seres vivos e não vivos e dependem da natureza para viver e exercer sua espiritualidade. Essa população não se deixa iludir pelas promessas de empregos, desenvolvimento, urbanização e outros avanços que o empreendimento alega trazer para a região. Eles compreendem que esses benefícios são temporários e não compensam os impactos irreversíveis sobre o território, a cultura, a espiritualidade e a vida que existe no território humana ou não humana.

Como demonstra esta fala ocorrida na oitiva dos povos e comunidades atingidas, realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos no dia 31 de agosto de 2022, no assentamento Morrinhos:

A nossa alma que está aqui, que está na planta, está na árvore, está sendo trocada de forma desonesta, inclusive criminosa, já que o Brasil assinou a convenção 169 da OIT que diz que nós povos tradicionais existimos. Então nós povos de terreiro do Ceará sequer sabíamos da existência do PSQ (...). Quando morre uma planta nós morremos também e nós de terreiro que seremos atingidos estamos preocupados porque a nossa espiritualidade e nossos orixás moram aqui e não podem morrer (...). Estamos aqui e não vamos sair daqui porque aqui é nossa nação e onde estiver um pedacinho da natureza destruído, o encantado, a espiritualidade, o orixá também morre. Por isso, esse projeto não pode entrar aqui, mas para isso precisamos estar grudadinhos no outro. (liderança dos povos de terreiro) (CNDH, 2022, p. 69)

O Projeto Santa Quitéria revela um claro exemplo de racismo ambiental ao desconsiderar os impactos sobre as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e povos de terreiro, que historicamente enfrentam processos de marginalização e violação de seus direitos territoriais. O conceito de racismo ambiental refere-se à injustiça socioambiental que recai de maneira desproporcional sobre populações vulneráveis, especialmente comunidades negras, indígenas e tradicionais, que são negligenciadas em acordos financeiros que afetam diretamente seus modos de vida e territórios.

A ausência de diálogo e consulta prévia com essas comunidades, mesmo diante da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à consulta livre, prévia e informada, evidencia um desrespeito não apenas legal, mas também ético e humano. No dia 11 de Março de 2025, durante a audiência pública do CSQ, o que já se mostrava uma violação de direitos - pois não poderia haver audiência pública se não ocorreu a consulta dos povos e comunidades tradicionais - foi entregue,

durante a audiência, o Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do Movimento Potigatapuia ao Ibama e ao CSQ. O movimento conta com as etnias Tabajara, Potiguara, Gavião e Tubiba Tapuia. De acordo com a Convenção 169 da OIT, a apresentação do protocolo de consulta pelo movimento Potigatapuia deve interromper todo o processo de licenciamento, exigindo a realização da consulta livre, prévia e informada junto ao movimento, garantindo a participação efetiva das comunidades impactadas antes de qualquer decisão ou implementação do projeto.

A análise do PSQ revela graves falhas no processo de licenciamento e no cumprimento das normas nacionais e internacionais de proteção aos povos tradicionais. O racismo ambiental se manifesta na ausência de consulta adequada e na negação dos impactos sobre comunidades que historicamente sofrem com a exploração predatória de seus territórios. A luta contra a mineração de urânio e fosfato não é apenas uma defesa do meio ambiente, mas uma afirmação do direito de existir e resistir das populações tradicionais e originárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos oficiais ofertados pelo empreendimento - o EIA/RIMA - e dos registros e documentos apresentados tanto pela Articulação quanto pelo Movimento Potigatapuia nos permitem compreender as faltas e falhas presentes neste projeto de extração mineral.

Durante seus 13 anos de existência, a AACE enfrenta os desejos extrativistas e favoráveis à “agricultura capitalista” (Silva; Sant’Ana, 2024) do setor da burguesia e do Estado burguês representadas pelas empresas Galvani e INB. O trabalho de base realizado por seus membros e a troca de conhecimentos são pontos fundamentais que mantêm a luta viva. Como expôs Santana (2024, p. 10):

O CSQ apresenta uma série de riscos e violações que ao longo de 13 anos, através da Articulação Antinuclear do Ceará vem sendo possível viabilizá-las e com incidências políticas e jurídicas construídas coletivamente por movimentos sociais, comunidades e pesquisadores(as) de universidades públicas, vêm sendo possível barrar esse megaprojeto mínero-industrial.

A presença do movimento indígena Potigatapuia neste combate à mineração culmina em um ponto ápice de esperança. O direito à consulta que esses povos apresentam - que foi desrespeitado pelo empreendimento - se apresenta como uma ferramenta essencial para denunciar o PSQ e para barrar esta empreitada.

Ao pensar nos desafios da construção dessa luta coletiva, e podemos averiguar que são os mais variados possíveis, recordamos do livro de Marighella (2003), *Manual do Guerrilheiro Urbano*. Apesar de não estarmos tratando, no sentido literal, de uma guerrilha, a resistência posta por movimentos sociais, militantes relacionados à AACE e movimentos de povos e comunidades originários têm freado o avanço das violências capitalistas sobre corpos e territórios marginalizados nos mais diversos níveis (corpos e territórios do sul global, latinos, negros, indígenas, quilombolas, femininos, etc.). O trecho em que Marighella (2003) evidencia que nossas “armas” são inferiores que as de nossos inimigos diz sobre as tecnologias e poder financeiro que temos para travar nossas lutas.

Diferente das empresas Galvani e INB, que possuem trabalhadores remunerados para exercer um trabalho direcionado exclusivamente para a realização do projeto, os membros da Articulação não são remunerados e não contam com o poder político e econômico que o CSQ possui. Todos que estão na luta antinuclear do Ceará possuem, fora dela, demandas da vida cotidiana que nos puxam para outras obrigações, não apresentando uma dedicação exclusiva a esta questão.

O que temos que nos difere deles é a “superioridade moral” (Marighella, 2003) e, digo mais, o poder da luta coletiva articulada. Saber que lutamos contra um empreendimento que pretende sugar as nossas águas, poluir os nossos ares, desrespeitar a nossa cultura e nos tirar o direito a uma vida digna é o que nos motiva a continuarmos, mesmo que cansados, lutando. Resistir é preciso para existir, principalmente quando nossa existência, para o capital, não é uma urgência - apenas uma mercadoria de uso e descarte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nailsa M. S.; BERTOLLO, Kathiúça. A atuação profissional em processos pós-crimes socioambientais na mineração: considerações a partir do Serviço Social. In: SANT’ANA, Raquel Santos; SILVA, Maria das Graças e; LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. (org). **Crise Socioambiental e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024. p. 43-73

ARTICULAÇÃO ANTINUCLEAR DO CEARÁ (AACE). **Você sabia que no sertão do Ceará existe uma jazida com urânio e fosfato?**. Ceará: [s.n.], 2024a.

ARTICULAÇÃO ANTINUCLEAR DO CEARÁ (AACE). **IV Jornada Antinuclear**. Ceará: [s.n.], dez. 2024b.

BRASIL. Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 10 jan 2025.

CABRAL, Anya Dantas. **Rumo a uma nova percepção dos riscos nucleares no Brasil:** questões estratégicas e implicações de política. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2012.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF>>. Acesso em 10 jan 2025.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH). **Relatório Missão Santa Quitéria.** Brasília: CNDH, 2022.

CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA:** Projeto Santa Quitéria. Santa Quitéria: Consórcio Santa Quitéria, 2024.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano.** [S.l.]: Sabotagem, 2003.

PACHECO, Iris. MAM realiza I Encontro Estadual em conjunto com a III Jornada Antinuclear do Ceará. **Movimento dos Trabalhadores(as) Rurais Sem Teto (MST)**, 13 nov. 2016. Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/11/13/mam-realiza-i-encontro-estadual-em-conjunto-com-a-iii-jornada-antinuclear-do-ceara/>>. Acesso em 18 mar 2025.

PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929).** São Paulo: Sundermann, 2017.

PORTO, Marcelo F. de S.; ROCHA, Diogo. Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil. **Saúde em Debate** [online]. v. 46, n. 133, p. 487-500. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46n133/487-500/pt/#>>. Acesso em 24 mar. 2025

RIBEIRO, Livia Alves Dias. **Riscos e injustiça hídrica no semiárido:** contribuição à avaliação de equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTANA, Iara Vanessa Fraga de. Alerta Antinuclear: expropriações contemporâneas, questão ambiental e serviço social. **Revista Goitacá.** v. 3, n. 2, p. 1-13, jul-dez/2024.

Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagoitaca/article/view/65074>>. Acesso em 19 mar. 2025

SILVA, Maria das Graças e; SANT'ANA, Raquel Santos. Crise do capital, questão ambiental e desenvolvimento agrário no Brasil. *In*: SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, Maria das Graças e; LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. (org). **Crise Socioambiental e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024. p. 43-73

TRAMAS. Tramas: Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. **Articulação Antinuclear do Ceará Promove II Jornada**. 11 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.tramas.ufc.br/?p=559>>. Acesso em 19 mar 2025.